



II FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO  
XIV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
XVII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
De 27 à 30 de abril de 2016 na Universidade de Santa Cruz do Sul.

## **PROCESSOS DE GOVERNAMENTO E GÊNERO EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)**

Daniane Fátima Quadrado Caminero – Unochapecó<sup>1</sup>

Rosana Maria Badalotti- Unochapecó

Tânia Mara Zancanaro Pieczkowski- Unochapecó

GE: Pesquisa e Educação Básica.

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar situações ocorridas na rotina de uma turma de pré-escolar em uma instituição de Educação Infantil pública, referente a elementos que caracterizam processos de governo e relações de gênero vivenciadas por meninos e meninas em seu cotidiano e em relação às práticas pedagógicas. A observação de tais rotinas constituiu o principal recurso metodológico, caracterizando-se como pesquisa qualitativa. Quanto ao referencial teórico, nos orientamos pelos estudos de Michel Foucault, no que diz respeito às discussões sobre processos de governo e seus “entrecruzamentos” com questões de gênero na Educação Infantil. Em relação às situações observadas conclui-se que

---

<sup>1</sup> [daniane\\_ca@unochapeco.edu.br](mailto:daniane_ca@unochapeco.edu.br)  
[rosana@unochapeco.edu.br](mailto:rosana@unochapeco.edu.br)  
[taniazp@unochapeco.edu.br](mailto:taniazp@unochapeco.edu.br)

nas práticas pedagógicas as (os) profissionais da Educação Infantil reproduzem determinados padrões de masculinidades e feminilidades, o que nos levou a constatar lacunas em seus processos de formação inicial e continuada sobre discussões relacionadas às questões de gênero, já que a forma como orientam meninos e meninas influencia diretamente na constituição de suas identidades de gênero.

**Palavras-chave:** Processos de governo; Relações de gênero; Práticas pedagógicas; Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

O texto apresentado é recorte de uma pesquisa de conclusão de curso intitulada Concepções e práticas sobre a infância em instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC), em conjunto com reflexões que aconteceram no decorrer de uma das disciplinas realizadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O presente recorte tem como objetivo analisar situações observadas na rotina de uma turma de pré-escolar em uma instituição de Educação Infantil pública, em relação a elementos que caracterizam processos de governo e relações de gênero vivenciadas por meninos e meninas no cotidiano e em práticas pedagógicas.

A análise destes aspectos toma como base estudos realizados por Michel Foucault (1992, 2002) relacionados às discussões sobre o conceito de governo e sobre o corpo enquanto território de disputas. No decorrer da história da humanidade o corpo tem sido alvo dos discursos de verdade predominantes em cada cultura, marcas são impressas de acordo com o que se julga adequado para cada momento histórico. Não tem sido muito diferente quando nos referimos à determinadas práticas pedagógicas direcionadas aos corpos das crianças, aonde meninos e meninas tem sido severamente disciplinado, punido, cautelosamente controlado e manipulado pelos espaços educativos. A reflexão que aqui se pretende segue nesta direção, ao refletir sobre as formas como as instituições escolares tem se colocado frente aos corpos de meninos e meninas, quais regimes de verdade e orientações que suas práticas pedagógicas têm sustentado principalmente no que se refere às questões de gênero.

Como diria Veiga-Neto (2015), atravessadamente aos estudos sobre as relações de poder/disputas existentes acerca do corpo do outro, e do conceito de governamentalidade,

entrelaçam-se as discussões a respeito de questões de gênero em práticas pedagógicas observadas na instituição de Educação Infantil investigada.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS E UNIVERSO DA PESQUISA**

As observações foram realizadas durante o segundo semestre do ano de 2012, em uma Instituição de Educação Infantil pública do município de Chapecó, Santa Catarina. No total, foram observadas duas turmas de pré-escola com crianças em idades de quatro e cinco anos. Foram observados momentos de rotina, tais como: brincadeiras livres, atividades no parque, educação física, atividades dirigidas ou orientadas em sala, refeições e higiene. Essas observações consistem em nosso principal recurso metodológico, dos quais destacaremos alguns aspectos.

O período de observação consistiu-se em aproximadamente 20h. Todas as observações foram acompanhadas de descrição detalhada em diário de campo, as gravações previstas para tal pesquisa não aconteceram devido às dificuldades encontradas no acesso às autorizações para uso de imagens e voz, por parte dos responsáveis pelas crianças.

## **PROCESSOS DE GOVERNAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

De acordo com Veiga-Neto (2015), se partirmos do pressuposto que os espaços escolares compreendem um conjunto de ações nas quais alguns (professores (as) e demais profissionais da Educação) conduzem outros (crianças e jovens), pode-se compreender que a mesma se encaixa no conceito de governo desenvolvido por Michel Foucault. Veiga-Neto (2015) pontua que, originalmente do grego, o verbo *governar/ kubernam/ gubernare* emprega o sentido de conduzir algo/ alguma coisa a algum lugar, a um caminho qualquer.

Segundo Revel (2011), Foucault entende por governo/governamentalidade o conjunto de instituições e de procedimentos, assim como análises/reflexões e táticas que permitem que se exerçam as complexas formas de poder sobre seu principal alvo, a população. Revel (2011) complementa nos dizendo que Foucault define ainda como governamentalidade as formas de poder que o ocidente chama de governo, governo sobre os outros, disciplina, soberania, a autora destaca que governamentalidade pode ser entendida enquanto formas/técnicas de dominação sobre os outros.

Foucault observou que o poder disciplinar é um conceito que não dá conta da riqueza e diversidade de situações e processos de subjetivação. Desta forma, passa a se referir a poder

normalizador, biopoder e governo, ao que tudo indica, é neste período que os conceitos apresentados, incluindo o conceito de governo/governamentalidade desenvolvem-se. (VEIGA- NETO, 2015).

De acordo com Veiga-Neto (2015), o governo pode ser exercido em dois eixos, primeiramente pode ser “[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele facilita ou dificulta, incita, induz, desvia, limita e até impede completamente a ação alheia.” (VEIGA-NETO, p. 52). No segundo eixo, o governo pode-se dar na relação que alguém mantém consigo próprio onde o principal objetivo é controlar-se, seja em relação a desejos ou vontades.

A articulação entre os mecanismos de soberania, disciplina e gestão governamental permitem que sejamos governados pelos outros e por nós mesmos. Segundo Veiga- Neto (2015, p. 52), “Cada um de nós está mergulhado numa complexa e densa rede de poderes que nos governam e que nos põem a nos governarmos a nós mesmos.” A metáfora da rede utilizada por Veiga-Neto (2015), originalmente escrita por Foucault, argumenta que o poder é exercido em rede, ou seja, é como se os indivíduos circulassem pelas malhas de tal rede podendo, exercer ou sofrer tais ações, que estão constantemente transmitindo as relações de poder que perpassam tais sujeitos. (FOUCAULT, 1999 apud VEIGA-NETO, 2015).

Em relação aos processos disciplinares, Foucault (2002) relata em seus estudos que, muitos desses processos existem há muito tempo em conventos ou mesmo no exército, mas somente em meados dos séculos XVII e XVIII a disciplina torna-se uma espécie de fórmula de dominação. Esse novo modelo de disciplina, diferentemente da escravidão, que se fundamentava numa relação de apropriação dos corpos, geralmente de forma violenta, faz surgir “[...] uma arte do corpo humano, que não visa unicamente o aumento das habilidades, nem tampouco aprofundar a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (FOUCAULT, 2002, p. 118). É neste momento que se forma uma política de coerções sobre o corpo, manipulações são calculadas sobre seus gestos e comportamentos.

De acordo com Foucault (2002), o corpo humano entra numa espécie de maquinaria de poder que o desarticula, o recompõe, é uma “mecânica do poder” que nasce e passa a definir como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros. Desta forma, a disciplina passa a fabricar corpos submissos e dóceis, estes, por sua vez, podem ser transformados e aperfeiçoados. Esses novos e múltiplos processos que tendem a dominar o corpo do outro, de origens e localizações diferentes e esparsas “[...] entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los (soa estranho) em funcionamento nos colégios,

muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar [...].” (FOUCAULT, 2002, p. 119).

No espaço da escola, do hospital ou mesmo do quartel é a minúcia dos regulamentos, das inspeções, o controle dos mínimos detalhes das vidas e dos corpos que originarão futuramente um conteúdo laicizado com racionalidade econômica ou técnica. A regra assume os espaços das referidas instituições e passa a determinar e codificar a arquitetura, espaços que antes podiam ser utilizados livremente, passam agora, a ser utilizados para fins e momentos específicos.

Foucault (2002) argumenta que, a disciplina reorganiza espacialmente os corpos e os lugares que ocupam no espaço. Cada corpo é definido pelo lugar que ocupa na fila, na série e pela distância que o separa dos outros. O lugar na fila passa a ser o lugar que determinado corpo ocupa numa classificação, a arte de pôr corpos em fila os individualiza e os distribui numa rede de relações. A organização das filas a partir do século XVIII define a organização dos indivíduos na ordem escolar, nas salas, corredores, pátios e sua organização por idade. Desse modo, os corpos são alinhados de acordo com sua idade, comportamentos, desempenhos, temperamento, sua limpeza, fortuna da família, enfim, seu valor financeiro. As filas permitem uma hierarquia entre os corpos, maior vigilância e controle dos corpos individualizados e devidamente acomodados em seus lugares. (FOUCAULT, 2002).

Partindo do conceito de governo/governamentalidade e dos processos disciplinares desenvolvidos por Foucault, Veiga-Neto (2015, p. 53) destaca que “Se compreendermos a educação como conjunto de ações pelas quais uns conduzem os outros, logo compreenderemos que ela ocupa lugar de honra nos estudos sobre o governo.”. Nesta perspectiva, compreendemos a educação enquanto:

[...] ação pela qual uns (que partilham uma mesma cultura) conduzem os outros (que se situam fora dessa cultura)- esses outros são aqueles que ainda não estavam aí, os recém-chegados: os estrangeiros, anormais, estranhos e, no nosso caso aqui em discussão, as crianças. (VEIGA-NETO, 2015, p. 53).

Desta forma, pode-se afirmar que governar a infância “[...] significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica dos e sobre os corpos infantis.”. (VEIGA-NETO, 2015, p. 55). Governar/moldar/educar crianças requer processos disciplinares capazes de sustentar regimes de verdade criados em determinado período histórico e em determinada cultura coagindo os

pequenos corpos infantis a agir e comportar-se de acordo com o que é considerado adequado para tal regime de verdade em determinado momento.

## **AS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

De acordo com Grossi (1998), os estudos de gênero são uma consequência das lutas libertárias dos anos de 1960, das revoltas estudantis, do movimento hippie, as lutas contra a guerra do Vietnã e a luta contra a ditadura militar no Brasil. É justamente em meio a esses movimentos que podemos identificar o momento chave para o surgimento dos estudos sobre gênero. Pode-se dizer que os estudos de gênero emergem a partir de relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres nas quais, embora as tarefas desempenhadas/realizadas entre ambos os sexos fossem as mesmas, as mulheres assumiam menor importância.

Os estudos de gênero ou relações de gênero, nascidos entre as décadas de 1970/1980, pretendem explicar que as identidades e subjetividades de homens e mulheres são construções históricas e sociais, não existindo determinação biológica alguma de comportamentos de mulheres e comportamentos de homens. Grossi (1998) parafraseia autores como Françoise Héritier e Joan Scott para uma definição do que é gênero, afirmando que se trata de uma categoria historicamente determinada que se constrói na diferença entre os sexos e, sobretudo, serve para dar sentido a esta diferença. (GROSSI, 1998).

Gênero, em linhas gerais, é uma categoria usada para pensar as relações sociais, de poder que envolvem homens e mulheres e os respectivos comportamentos considerados adequados aos seus corpos. Estas relações são historicamente determinadas e expressas por diferentes discursos sobre a diferença sexual. Desta forma, o gênero serve para determinar tudo o que é histórico, social e cultural. (GROSSI, 1998).

Em relação à Educação Infantil, Faria (2006) aponta que a partir da década de 1970 os movimentos feministas, em seu interior, vinham identificando o papel da infância para a construção de uma nova realidade social, fortemente marcada pelo ingresso em massa da mulher no mercado de trabalho. É neste novo cenário que se configura que o movimento feminista vai exigir creches, para ‘dividir’ com a sociedade a educação de seus filhos e filhas, também articulados neste movimento estão os sindicatos e os movimentos de esquerda.

É a partir desse novo cenário social que se configurou, na década de 1970, que, pesquisas relacionadas à criança e à infância começaram a desenvolver-se. Na década de 1980, também conhecida como a década das crianças, justamente pela crescente expansão de pesquisas, desenvolvidas nas três últimas décadas que se passou a observar a criança pequena

fora do ambiente familiar (FARIA, 2006). No entanto, faz-se aqui a reflexão de que, embora os movimentos feministas, que discutem as relações de gênero com propriedade, tenham sido fundamentais para a criação da creche, mesmo na atualidade, as discussões de gênero não fazem parte da maioria dos currículos da Educação Infantil.

Na perspectiva acima, Paz (2010) investiga como as relações de gênero aparecem no trabalho pedagógico das (os) profissionais de uma instituição de Educação Infantil em relação às datas comemorativas do dia dos pais e dia das mães. A referida autora relata que a escola investigada ainda reproduz modelos e estereótipos de famílias tradicionais excluindo assim, as famílias monoparentais, matriarcais, homoafetivas, dentre tantos outros modelos. Paz (2010) relata ainda que, no trabalho pedagógico, as (os) profissionais reproduzem a lógica binária de gênero naturalmente, assim como o conceito de família patriarcal como natural.

### **E EM MEIO AOS JOGOS E BRINCADEIRAS...: ENTRECruzANDO PROCESSOS DE GOVERNAMENTO E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Veiga-Neto (2015), ao realizar a abertura do II Colóquio Nacional Michel Foucault com a temática “O governo da infância” inicia suas reflexões partindo do pressuposto que, trabalhar com Michel Foucault “[...] é sempre trabalhar na transversalidade, isto é, trabalhar atravessadamente, obliquamente, transversalmente, cruzadamente.” (VEIGA-NETO, 2015, p. 50).

Para Veiga-Neto (2015) trabalhar transversalmente a partir de Foucault “[...] é sair dos trilhos do pensamento convencional, é exercitar o pensar de outros modos.” (VEIGA-NETO, 2015, p. 50). Partindo desta lógica, fundamentar-se na transversalidade não significa afirmar que somos contra outras formas de pensar ao contrário, o pensamento transversal aponta formas de entrecruzar os diferentes pensamentos, os diferentes campos dos saberes. Nesse sentido, nossa intenção ao entrecruzar elementos que caracterizam processos de governo e relações de gênero vivenciadas por meninos e meninas em práticas pedagógicas de uma turma de pré-escolar em uma instituição de Educação Infantil, os quais analisaremos na sequência.

Em relação às reflexões sobre a construção/desconstrução de padrões/estereótipos de gênero e orientações dadas as meninas e meninos, observa-se a seguinte cena na instituição de Educação Infantil investigada. Era sexta feira, nesse dia as crianças levam para o Ceim seus brinquedos para um momento livre de brincadeiras. Logo no início da observação foi possível perceber que meninos e meninas, em sua grande maioria, brincavam separados. Ao questionar

sobre o porquê meninas e meninos brincavam separados, uma das meninas respondeu: “*a prof. disse que é pra brincar com as meninas*”, e completou dizendo que “*os meninos só brigam*” e, quando querem brincar onde elas estão, eles batem nelas até que as mesmas saíam.

Considerando as reflexões de Foucault (2002) sobre as formas de exercer poder sobre o corpo do outro, pode-se perceber que, aparentemente, de forma sutil, meninos exercem seu poder de coerção sobre os corpos das meninas. A partir do momento que as mesmas precisam, de forma não espontânea, “ceder” o espaço onde brincam aos meninos para que estes não sejam violentos, submetem-se às suas vontades, ou seja, na descrição da cena acima apresentada, meninos detém controle sobre os corpos das meninas.

Quando professoras (es) e a instituição de modo geral reforçam práticas pedagógicas que orientam meninas e meninos a ficarem separados nas brincadeiras para evitar possíveis incidentes, ou no caso, situações em que meninos agredam meninas, pode-se afirmar que ocorre o que Foucault define como práticas de governo, já que, meninos coagem as meninas para que façam o que desejam e, a instituição de modo geral, naturaliza e legitima tais práticas ao não por em discussão tais acontecimentos.

De acordo com Finco (2008), a escola (neste caso, a instituições de Educação Infantil), naturaliza características consideradas masculinas e femininas tradicionalmente atribuídas aos homens e às mulheres, deixando desta forma, marcas distintas em cada corpo com comportamentos e habilidades consideradas adequadas aos meninos e às meninas. Cotidianamente, tais instituições inscrevem nos pequenos corpos infantis comportamentos e atitudes consideradas adequadas, mas estas são também marcas da cultura de determinada sociedade a nós imposta através de processos educativos.

Veiga-Neto (2015), já havia concordado com a ideia de que na educação uns (professores (as) e demais profissionais) conduzem outros (crianças e jovens) a se inserir em determinada cultura. Seria esta então a cultura que naturaliza e legitima relações de poder desiguais entre meninas e meninos? Seria esta a cultura que desde a primeira infância imprime nos corpos das meninas comportamentos de delicadeza, meiguice e obediência, já que, a agressividade não é adequada aos seus frágeis corpos? O objetivo aqui não é em hipótese alguma reforçar/incentivar comportamentos agressivos seja em relação aos meninos ou as meninas, no entanto, faz se a reflexão de que comportamentos agressivos em relação a meninos podem ser justificáveis, já em relação às meninas são inadequados.

As diferenças são saltares quando não se transformam em desigualdade, entretanto, o que se observa nas relações de gênero é que grande parte delas são tomadas socialmente como justificativa para constituir desigualdades entre homens e mulheres, seja nos espaços de

trabalho, na questão salarial e na posição social. É importante refletir que esses perfis de meninos e meninas são “moldados”, desenvolvidos desde a educação da primeira infância, ou seja, desde a Educação Infantil e que são as professoras e professores que participam e influenciam efetivamente nestes perfis que as crianças constroem em relação às suas concepções de gênero.

É diante de toda esta organização pedagógica e rotineira dos espaços de Educação Infantil que corpos de meninas e meninos são educados, treinados, disciplinados por meio da regulação do tempo e das atividades, sendo que diariamente pequenos e grandes corpos ocupam os espaços das instituições de Educação Infantil, neles se relacionam e se hierarquizam.

Quando meninos e meninas são orientados a brincar e utilizar banheiros separadamente, andar em ‘fila’, brincar com brinquedos que culturalmente foram denominados como de menina ou de menino, se reproduz uma espécie de retrato social no qual por muito tempo acreditou-se ser adequado a comportamentos para mulheres e homens. Tais orientações/práticas pedagógicas para com meninos e meninas podem caracterizar-se enquanto violências de gênero em espaços educativos, na medida em que reproduzem comportamentos adequados a meninas e meninos e moldam/enquadram corpos em padrões determinados (FOUCAULT, 2002; SILVA, 2012).

Em outra situação, observada no decorrer de uma das aulas de recreação, percebemos uma situação que nos fez refletir sobre o que as crianças fazem quando não estão sendo observadas por suas (eus) professoras (es). Meninos e meninas brincavam espalhadas pela sala, algumas estavam nas mesas e outras no chão. A professora responsável estava observando a todos, entretanto, supõe-se que a mesma não havia percebido o que dois meninos estavam fazendo em um dos cantos da sala de aula.

Foi possível observá-los atentamente, pois, estávamos exatamente no lado oposto da sala. Discretamente, um dos meninos puxou de dentro de uma caixa uma boneca, começaram a batê-la, davam socos e puxavam seus cabelos, logo um deles se afastou um pouco, porém, o outro não estava satisfeito e começou a bater a cabeça da boneca no chão, percebendo que não havia ninguém por perto continuou batendo, mas, desta vez batia sua cabeça contra a prateleira da sala, sua expressão era de satisfação, felicidade, batia aquela boneca com toda sua força e gritava, ao ouvir a voz da professora jogou a boneca várias vezes e saiu correndo.

O que fazem as crianças quando não estão sendo observadas? Para Paz (2008), as instituições de Educação Infantil acabam transmitindo e reproduzindo valores e comportamentos que consideram adequados através de suas práticas sociais e pedagógicas.

Quando situações como as descritas não são discutidas/refletidas em conjunto com as crianças, que conhecimentos acerca das questões de gênero são transmitidos por tais instituições? Como as crianças percebem tais questões? Quando a violência física é representada por meninos em brincadeiras com bonecas e, não é debatida/refletida/orientada pelas (os) profissionais, o que pensam/percebem as crianças sobre? Que conhecimentos acerca de tais questões as crianças terão?

Para Paz (2008), em sua grande maioria, as (os) professoras (es) demonstram não perceber que a forma como organizam todo o trabalho pedagógico, que o fato de não discutirem/orientarem as crianças acerca das questões de gênero pode favorecer o sexismo, ou, como no caso acima descrito, pode favorecer formas de violência que futuramente podem acontecer com a colega de turma, com a irmã, ou talvez ainda com uma futura parceira na vida afetiva. São todas hipóteses, porém, cabe ao educador ao presenciar tal situação, problematizá-la com o objetivo de desconstruir estereótipos de gênero. Para a autora (2008), a problematização das identidades de gênero, seja no momento da brincadeira ou de atividades integrantes das rotinas pedagógicas das instituições favorecem na construção de identidades de meninos e meninas pequenas.

No decorrer da observação foi possível perceber algumas práticas que, de certa forma, não contribuem ou incentivam as crianças a se tornarem autônomas. Uma prática comum observada foi o modo como a professora organiza as crianças para a realização das atividades. As carteiras e os lugares onde as crianças sentavam eram escolhidos e organizados pela professora da turma, não existindo a opção de cada criança sentar onde preferisse até mesmo porque, estas práticas segundo determinadas concepções pedagógicas geram “tumulto” e “desorganização” entre as crianças, além do mais, ao sentarem próximo a um colega pelo qual possuem maior afinidade, isso de acordo com a visão das professoras “com certeza acarretaria em conversas”.

A observação da prática da “organização” e do “bom comportamento” das crianças nos remete a ideia de normatização e disciplinarização desenvolvida por Foucault (1992, 2002), ao se referir ao papel que as instituições sociais possuem em relação às condutas individuais e coletivas. Diariamente, esse processo disciplinador se repete até que comportamentos considerados adequados estejam impressos nos pequenos corpos infantis, a instituição reforça/legitima comportamentos distintos para meninas e meninos manipulando com recompensas e sanções até que suas expectativas estejam satisfeitas. (FINCO, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a observação fica evidente que nas práticas pedagógicas há uma forte inclinação dos profissionais em separar meninos e meninas. Em relação às situações observadas conclui-se que nas práticas pedagógicas os (as) profissionais da Educação Infantil reproduzem práticas que legitimam determinados padrões construídos de masculinidades e feminilidades. Tal constatação nos levou a perceber lacunas no processo de formação dos (as) professores (as) e refletir sobre a importância de discussões relacionadas às questões de gênero como fundamentais na formação inicial e continuada dos mesmos, já que, a forma como orientam meninos e meninas influencia diretamente na constituição de suas identidades.

A relevância acadêmica, social e política desta reflexão justifica-se na medida em que questões como as observadas no cotidiano da instituição investigada exercem grande influência sobre a naturalização e reprodução de estereótipos de gênero na primeira infância. A partir das reflexões aqui apresentadas, torna-se possível perceber que a Educação Infantil também apresenta processos de governamento sobre a infância, cotidianamente sua rotina imprime/marca os pequenos corpos infantis com comportamentos, condutas e atitudes que consideram adequadas aos meninos e as meninas.

Por fim, talvez seja de suma importância destacar que, enquanto os debates sobre as questões de gênero forem ausentes na Educação Infantil, tais instituições continuarão a reproduzir práticas que legitimam relações de poder desiguais entre meninos e meninas/homens e mulheres. Saliento também que, há de se pensar na formação inicial e continuada das (os) profissionais que atuam nestes espaços, é preciso que reflexões e conhecimentos científicos estejam presentes no decorrer de sua formação para que mudanças aconteçam no cotidiano das instituições onde tais profissionais estarão atuando.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo- Infância: Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CAMINERO, Daniane Fatima Quadrado. **Concepções e práticas sobre a infância em instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC)**. Trabalho de conclusão de curso: Chapecó, 2012.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Pequena Infância, Educação e Gênero**: subsídios para um estado da arte. Cadernos Pagu (26) janeiro-junho de 2006: pp.279-287. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30394.pdf>

FINCO, Daniela. **Socialização de Gênero na Educação Infantil**. In: Fazendo Gênero 8 Corpo, Violência e Poder, 08, 2008, Florianópolis, SC. Anais Fazendo Gênero 8 Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, SC: Fazendo gênero, 2008. P. 1-7. Disponível em: [http://aristarco.fe.unb.br/gde/images/livros/socializacao\\_de\\_genero.pdf](http://aristarco.fe.unb.br/gde/images/livros/socializacao_de_genero.pdf). Acesso em 16/08/2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. GROSSI, Mirian Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, 1998.

Disponível em: <[www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriam.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriam.pdf)> Acesso em: 23/03/2016

PAZ, Cláudia Denis Alves. **Gênero no trabalho pedagógico da educação infantil**.

Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1872>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Dia das mães e dia dos pais: gênero e família na escola**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298586\\_ARQUIVO\\_ClaudiaDenisAlvesDaPaz\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298586_ARQUIVO_ClaudiaDenisAlvesDaPaz_FG9.pdf)>. Acesso em: 16 ago.2015.

RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SILVA, Mauricio Roberto da. “Exercícios de ser criança”- O corpo em movimento na Educação Infantil. In: ARROYO, Miguel Gonzales. SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo-Infância: Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

VEIGA- NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.